

O PROJETO DE EXTENSÃO ‘ENSINO DE SOCIOLOGIA E SOCIOLOGIAS SILENCIADAS’, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP

The Extension Project ‘Teaching of Sociology and Silenced Sociologies’, from Federal University of Amapá - UNIFAP

David Junior de Souza Silva¹
Anny Letícia Duarte de Souza²
Emilly Patrícia dos Santos Barbosa³
Isabela da Silva Parente⁴
Reinaldo Cesar dos Santos Rodrigues Filho⁵
Samia Kamyla Freitas Silva⁶
Suellem Madureira Saraiva⁷
William Lima Duarte Oliveira⁸

Resumo: O currículo do Ensino de Sociologia é estruturado em padrões epistemológicos eurocentrado. O sistema-mundo moderno/colonial é estruturado de modo a impor hierarquia e injustiça epistemológica ao ‘sul global’. A produção epistemológica e científica de autoras e autores situados ‘do outro lado da divisão internacional do trabalho’ (Spivak, 2010), e geopolíticas e corpopolíticas do conhecimento alheias ao eurocentrismo, é excluída do cânone da Sociologia, numa decisão que implica um exercício de um poder e efeitos de epistemicídio e racismo epistêmico. O Projeto de Extensão Ensino de Sociologias Silenciadas visou problematizar concretamente o cânone e o currículo da Sociologia mediante leitura e debate de textos de autoras e autores que realizam importante reflexão em Teoria Social ainda não-inclusos neste cânone. A reflexão teórico-prática do projeto baseou a crítica desconstrutiva deste currículo canônico e estruturação de elementos para reconstrução de matrizes curriculares em perspectiva pós-de-coloniais.

Palavras-chave: Cânone. Currículo. Epistemologia decolonial.

1 Doutor em Geografia (IESA/UFG). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá – DFCH/ UNIFAP. davi_rosendo@live.com

2 Discente do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. annyleticiaduarte@gmail.com

3 Discente da Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá. emy.barbosa011@gmail.com

4 Discente do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. isabelasilva.ap@gmail.com

5 Discente do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. reinaldorodriguesfilho7658@gmail.com

6 Discente da Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá. kamylafreitas275@gmail.com.

7 Discente da Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá. suellemmadureira314@gmail.com

8 Discente do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. williamlimaduarte@outlook.com.br



Abstract: *The curriculum of Sociology Education is structured in Eurocentric epistemological patterns. The modern/colonial world system is structured to impose hierarchy and epistemological injustice on the 'global south'. The epistemological and scientific production of authors situated 'on the other side of the international division of labor' (Spivak, 2010), and geopolitics and corpus-politics of knowledge alien to Eurocentrism, is excluded from the canon of Sociology, in a decision that implies an exercise of power and effects of epistemicide and epistemic racism. The Teaching of Silent Sociologies Extension Project aimed to problematize concretely the canon and the curriculum of Sociology by reading and discussing texts by authors who carry out important reflections on Social Theory not yet included in this canon. The theoretical and practical reflection of the project was based on the deconstructive criticism of this canonical curriculum and on the structuring of elements for the reconstruction of curricular matrixes in a post-de-colonial perspective.*

Keywords: *Canon. Curriculum. Decolonial epistemology.*

INTRODUÇÃO

O cânone de uma tradição filosófica ou científica é construído mediante estruturas de poder. Estas estruturas específicas que operam no interior de uma tradição intelectual refratam estruturas de poder já existentes na sociedade, como o patriarcado, o eurocentrismo, a branquitude/racismo, a cis-hetero-norma. No interior do campo do saber filosófico e científico, estas estruturas de poder operam invisibilizações, exclusões, silenciamentos e esquecimentos, denotando eventualmente fenômenos específicos como o epistemicídio e o racismo/sexismo epistêmico.

No ensino, o cânone de uma disciplina estrutura o currículo desta mesma disciplina. O currículo institui e reproduz o cânone. É a primeira instância que protege e legitima um dado cânone, estabelecido em primeiro lugar não por critérios exclusivamente epistêmicos, mas por estruturas de poder.

O currículo de uma disciplina acadêmica é definido oficialmente pelo estado da arte da disciplina e pelas competências e habilidades atuais necessárias para o exercício daquela disciplina; extraoficialmente, o currículo é definido pelo cânone e está sujeito às mesmas estruturas e relações de poder que este.

Descolonizar o currículo das Ciências Humanas passa por confrontar o cânone, desconstruí-lo e reconstruir um outro, adequado ao projeto de sociedade descolonizada e coerente com os objetivos epistemológicos assim estabelecidos.

O Projeto de Extensão “Ensino de Sociologia e Sociologias Silenciadas”, da Universidade Federal do Amapá, teve como objetivo colocar em debate o cânone da Sociologia, e propor críticas e propostas de reconstrução a este cânone.

CÂNONE E CURRÍCULO DA SOCIOLOGIA: JUSTIFICATIVA DO PROJETO

É estabelecido na Sociologia a importância dos clássicos. Existem obras de sociólogos destinadas a refletir sobre essa importância (TURNER; GIDDENS, 1999). Invoca-se assim como princípio epistemológico fundamental da disciplina e princípio pedagógico prioritário de Ensino de sociologia a leitura dos clássicos. Clássicos neste caso são os considerados fundadores da disciplina: Durkheim, Weber e Marx.

Além dos fundadores, os demais clássicos seguem ocupando as mesmas posições de poder que os fundadores: em sua maioria, homens brancos heterossexuais e cisgêneros europeus.

Ocupa, neste currículo, posição secundária, a produção epistemológica e científica de autoras e autores não incluídas na norma eurocêntrica branca cisheteropatriarcal. São autoras e autores que enunciam cientificamente o mundo a partir de sua geopolítica e corpopolítica do conhecimento (GROSFOGUEL, 2016).

Esta posição secundária é justificada no currículo pela suposta igualmente secundária importância epistêmica da contribuição destas autoras e autores na interpretação da realidade social. A teoria social que produzem é em tese ‘particular’, diferente daquela teoria produzida pelo homem branco cisheteropatriarcal, que seria ‘universal’.

Esta hierarquia da produção epistemológica e teórica reflete a desvalorização da vida humana e experiência social de mulheres, LGBTQs, indígenas e afrodescendentes; tratada no sistema mundo moderno-colonial como vida e experiência de menor valor e importância relativamente às do colonizador.

Assim, a vasta produção epistemológica de inúmeras autoras e autores que trabalharam

e trabalham a interpretação da realidade social a partir de suas experiências de vida e lugares de enunciação, no cânone/currículo da Sociologia, sempre foram silenciadas/apagadas. Justamente pelo privilégio dado ao estudo de autores que reproduzem a norma eurocêntrica.

O currículo funciona como instrumento colonialista de apagamento da memória, etnocídio e epistemicídio, e invisibilização e silenciamento de pesquisadoras e pesquisadores que em sua produção epistemológica e científica e em sua militância política, confrontam o sistema-mundo moderno/colonial.

É urgente incluir no currículo básico da Sociologia autoras e autores que investigam a realidade histórica e produzem teoria social a partir da experiência de suas comunidades e territórios de origem e de lugares de enunciação, fora da visão de mundo eurocêntrica e do outro lado da divisão internacional do trabalho (SPIVAK, 2010).

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO

O Projeto de Extensão “Ensino de Sociologia e Sociologias Silenciadas” visou promover essa problematização e desconstrução do cânone e estruturar elementos para uma reconstrução curricular. A metodologia do projeto consistiu de leituras e debates semanais de textos de epistemologia, sociologia e teoria social escritos por autoras e autores indígenas, afrodescentes, caribenhos, africanos e LGBTs.

O projeto foi realizado aos sábados no segundo semestre do ano de 2020 e primeiro de 2021, no contexto das atividades remotas em razão da pandemia gerada pela Covid-19. Por essa situação vivida mundialmente foi realizado de forma remota. Esse contexto impossibilitou a participação de mais ouvintes no projeto, justamente pelas dificuldades de acesso à internet no Amapá, por exemplo.

Além disso, como foi realizado de forma virtual, talvez diminuiu a possibilidade de ampliação do debate dentro de outras áreas das ciências humanas, para criação de um currículo descolonial.

Os textos debatidos foram de intelectuais indígenas, tais como: Ailton Krenak (2020; 2020) e Davi Kopenawa (2015). Intelectuais caribenhos como Aime Césaire (1978) e Frantz Fanon (2008; 1968), intelectuais negras e negros do Brasil como Lélia Gonzalez (1984), Beatriz Nascimento (1985) e Antonio Bispo (2015). Resultando em um debate de ideias fecundo e importante para presentemente gerar um currículo disciplinar contrário à ordem vigente que é eurocêntrica e colonial.

A primeira reunião foi sobre o texto “Ideias para adiar o fim do mundo” de Ailton Krenak (2019). Primeiro, apresentaremos o autor, em seguida, procederemos a apresentação do texto debatido e por último a relação destas ideias com os conceitos debatidos na sociologia.

Ailton Krenak é uma liderança histórica do movimento indígena brasileiro, é um ambientalista, escritor, filósofo e doutor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Teve um papel de destaque nos anos 1980 na Assembleia Constituinte, onde atuou com o objetivo de garantir direitos indígenas positivados na constituição. O texto debatido é o registro em forma escrita de três palestras dadas por Ailton Krenak em Portugal.

O texto traz uma profunda reflexão de dois conceitos centrais tratados por Krenak, Humanidade e Antropoceno. Krenak propõe um raciocínio que irá problematizar o conceito eurocêntrico de humanidade, imposto pelo ocidente ao resto do mundo através da colonização. Tal conceito ocidental se baseia na ideia de que apenas as sociedades europeias possuem humanidade, e todos os outros seres humanos e não-humanos estão à margem da humanidade.

Essa conceituação restrita de humanidade, aquilo que o autor vai chamar de “clube da humanidade”, somada ao processo de colonização do qual é premissa e que a impõe, faz com que apenas os sujeitos e povos que se enquadrem nessa ideia de humanidade sejam valorizados como sujeitos detentores de sua subjetividade e cidadania. Logo essa humanidade exclui boa parte do mundo deste “clube” privando sujeitos e povos dos direitos que apenas os que participam do “clube” possuem. Ainda se utilizando do conceito de humanidade, Krenak critica a separação entre sociedade e natureza instituída por este conceito eurocêntrico de humanidade. O ocidente opõe humanidade e natureza, entendendo que a natureza deve servir, e não conviver junto à humanidade.

O segundo conceito tratado por Krenak é o de antropoceno, o qual designa a era geológica em que vivemos, tendo se iniciado em tese após a revolução industrial. Antropoceno seria uma era geológica onde as relações sociais que a humanidade tem desenvolvido – após a revolução industrial – vem causando graves transformações à geosfera e na biosfera na medida em que a consome e destrói. Estas transformações incluem a redução da disponibilidade de oxigênio na atmosfera e no oceano, a alteração dos regimes de chuva que afetam a reprodução das plantas, extinção em massa de diversas espécies comprometendo a biodiversidade.

Ambas as conceituações elaboradas por Krenak têm importância decisiva para Sociologia. A conceituação de humanidade tem rebatimentos diretos sobre as reflexões sociológicas sobre a civilização ocidental como um todo. Ao fazer esta consideração, o pensamento de Krenak entra em diálogo e contraste crítico com a sociologia de Max Weber, especialmente em seu texto conhecido como “Ensaio reunido sobre a Sociologia da Religião”, onde Weber propõe

uma reflexão sobre a trajetória de quatro grandes civilizações: hinduísta-budista, islâmica, judaica e cristã (catolicismo e protestantismo). Weber neste trabalho busca explicar as diferenças entre tais religiões com o objetivo de esclarecer o porquê de ter sido a civilização judaico-cristã a ter criado a modernidade como um fenômeno social global.

Max Weber elabora um modelo sociológico de interpretação da civilização ocidental, a qual é contrastada criticamente pela conceituação de humanidade debatida por Krenak.

Ao conceituar o antropoceno, Krenak dialoga diretamente com a sociologia clássica. A teorização de antropoceno levantada por Krenak configura-se uma teoria da modernidade, e pode contrapor-se ao debate da sociologia clássica. A reflexão das características do antropoceno feita por Krenak é diretamente pertinente para a sociologia na medida em que repensa a modernidade em uma dimensão ambiental, destacando a exploração e destruição da natureza, uma das características mais marcantes do período e não-incluída na reflexão da sociologia clássica.

A segunda reunião do projeto debateu o texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” de Lélia Gonzales (1984).

Lélia Gonzales, mineira de nascimento, graduou-se em Filosofia e História, com mestrado em Comunicação e Antropologia Social. Foi professora na UERJ e na PUC-RIO. Além disso, foi uma das fundadoras da MNU (Movimento Negro Unificado); na política, foi candidata nas eleições de 1982 e 1986 a deputada federal, respectivamente pelo PT e PDT. Reconhecida internacionalmente por seu trabalho intelectual, Lélia Gonzalez teve no Brasil um impacto aquém do que deveria ter tido.

O texto analisa as questões das posições sociais impostas pelo racismo à mulher

negra, principalmente as categorias de mucama, doméstica e mulata, categorias instituídas e impostas por uma sociedade racista e sexistamente hierarquizada; e ao homem negro, na categoria racista do criminoso em potencial. Estas imposições se referem às estruturas de discriminação e características de exercício do poder da sociedade racista. Em seguida, Lélia Gonzalez reflete sobre o enfrentamento das violências simbólicas que geram efeitos psicológicos para a comunidade negras, violências que são postas desde a colonização e cuja estrutura mudou pouco. O movimento negro é uma das formas de ação coletiva criada pelo povo negro para o enfrentamento a estas violências e imposições simbólicas.

Gonzales realiza em seu texto uma interpretação da formação social do Brasil. Tal interpretação confronta as interpretações consideradas canônicas sobre a formação da sociedade brasileira, como de Florestan Fernandes, Caio Prado, Raimundo Faoro, Sérgio Buarque e outros. A interpretação do Brasil de Lélia Gonzalez tem como principal fator explicativo das características da sociedade brasileira a estrutura do racismo. A autora conceitua ainda a africanização do Brasil, pelo qual entende e a importância imprescindível da cultura africana para a formação da sociedade brasileira. A identidade nacional vai ser construída através de expressões culturais do povo negro, como a capoeira e o samba, ainda que branqueados pelo racismo brasileiro.

Em sua reflexão sociológica, a autora explica como a cultura brasileira é dominada pelo mito/ideologia da democracia racial, que constitui em uma negação do racismo presente nas relações sociais brasileiras em favor da exaltação da mestiçagem. A ideologia da democracia racial é sistematizada por Gilberto Freyre, sob o argumento de que em comparação com outros países como Estados Unidos, em que o racismo está

expresso no aparato legislativo e jurídico, instituindo oficialmente a segregação racial, no Brasil, onde não havia leis segregacionistas, não havia então racismo. Todavia, o Estado brasileiro instituiu políticas de branqueamento e de incentivo/imposição da mestiçagem (como uma forma de embranquecer o negro brasileiro), políticas de incentivo à migração de europeus para o Brasil.

A sociologia brasileira canônica, grosso modo, pode ser historicizada em uma primeira geração liberal influenciada pelo pensamento weberiano, como Gilberto Freyre, Raimundo Faoro, Sérgio Buarque; e em uma segunda geração de influência marxista, como Caio Prado, Octavio Ianni e Florestan Fernandes. Para esta geração, a estrutura de classes brasileiras se formou a partir das relações de exploração econômica do período colonial. Lélia Gonzalez critica esta interpretação, apontando que exclui o racismo como fator explicativo. Na interpretação do Brasil construída pela autora, ela aponta que as classes são oriundas ou estruturadas pelas relações raciais.

A terceira reunião debateu o texto “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” de Beatriz Nascimento (1985)

Beatriz Nascimento foi uma historiadora, militante do movimento negro e das mulheres e professora na UFRJ. Sua pesquisa e obras com temáticas voltadas para questão racial, especificamente com o objetivo de contar a história do Brasil a partir da perspectiva negra, permanecem influentes até hoje nos estudos voltados a tratar dessa questão.

O texto da autora faz um resgate da história do termo quilombo que surgiu no continente africano como instituição, além de buscar tratar das reverberações do quilombo no Brasil. Neste último, descreve o uso do quilombo e seus sentidos ideológicos como símbolo de resistência cultural, isto é, tencionando criar um espaço social

alternativo, pensar uma outra vida possível, não dominante. Descrevendo os feitos da instituição quilombo no Brasil, Nascimento discorre que entre o final do século XVI e início do século XVII o quilombo ameaçava o poder dominante contestando o regime colonial, ameaçando, portanto, a colonização portuguesa. Todavia, no século XIX o quilombo deixou de ser ameaça ao regime dominante, entre outros motivos, pelo progressivo fim da escravidão.

No século XX, porém, o quilombo remodela-se e adquire o sentido de resistência, tornando-se um dos símbolos da identidade nacional. A título de exemplo, pode-se citar a Semana da Arte Moderna que discutiu o quilombo, a introdução do samba no cenário social, a transformação da capoeira. O quilombo, desse modo, entrou na discussão do sentido da identidade, do que seria ser brasileiro. As elites brasileiras, por outro lado, venceram com o discurso de Gilberto Freyre de democracia racial – interpretação errática difundida acerca das relações raciais no país que tem como ponto central a ideia de que no Brasil existe uma harmonia entre as diversas raças –, perdendo então o quilombo a batalha simbólica.

Desse modo, o projeto de identidade da cultura nacional que venceu na década de 1930 do século XX de democracia racial foi o sentido atribuído pelas elites escravocratas no senso comum com viés racista. Sendo apregoada, por exemplo, a ideia de que o quilombola seria o fugitivo, o fora da lei, aquele que não queria trabalhar, e esse sentido pejorativo se manteve. Esse sentido é racista. O contraponto é feito pelo movimento negro e quilombola que ressaltará que o quilombo foi uma forma de resistência à escravidão, ou seja, o sentido de quilombo é outro, mas o núcleo central do sentido de quilombo permanece: sentido de resistência étnica e política. No caso brasileiro, a ancestralidade africana também permanece no sentido de

origem do quilombo.

A reflexão produzida pela autora, utilizando da ciência histórica para traçar o caminho do termo quilombo desde a África até o Brasil, apresentando a resistência negra frente à escravidão, a um Estado e sociedade que é racista e colonial, conecta-se com a sociologia ao evidenciar o quilombo como identidade da cultura nacional que foi silenciado e apagado. Contemporaneamente, o revisionismo histórico, que é perpetrado pelos conservadores, pelo bolsonarismo, em resumo, a nova direita que aposta na guerra cultural, tenta atacar o símbolo que é o quilombo, procurando em figuras como Zumbi dos Palmares brechas para a deslegitimação do quilombo, a exemplo da retórica que coloca a escravidão dos brancos sobre os negros em similitude com o processo de escravidão entre africanos. Entretanto, sabe-se que na África o sentido era diferente do caráter de propriedade do sistema escravocrata europeu. O fato é que a resistência, o sentido de liberdade criado pelo quilombo, é desqualificado por movimentos com interesses racistas.

Quilombo, por ter poder simbólico proeminente, vai ser atacado sempre por racistas e conservadores. A deslegitimação do quilombo, consequentemente, existe na cultura oficial, no governo, mídia etc. Assim, o papel da educação nesse sentido tanto por parte de professores quanto por parte de pesquisadores, é de contribuir demonstrando a importância do quilombo, apresentar a sua história, esclarecer que quilombo é resistência e que lutou contra a escravidão.

A quarta reunião debateu o texto “A categoria político-cultural de amefricanidade” de Lélia Gonzales (1988).

Lélia Gonzales, mineira de nascimento, graduou-se em Filosofia e História, com mestrado em Comunicação e Antropologia Social. Foi professora na UERJ e na PUC-RIO.

Além disso, foi uma das fundadoras da MNU (Movimento Negro Unificado); na política, foi candidata nas eleições de 1982 e 1986 a deputada federal, respectivamente pelo PT e PDT. Reconhecida internacionalmente por seu trabalho intelectual, Lélia Gonzalez teve no Brasil um impacto aquém do que deveria ter tido.

No texto, Gonzales defende a categoria de amefricanidade. Para entender o conceito, antes, é necessário conhecer os seus motivos. É necessário evidenciar que existe uma invisibilização do ponto de vista social, político, cultural e econômico da contribuição africana e indígena, causado pela ideologia do branqueamento, o eurocentrismo, a ideia de superioridade branca. Tanto é que a própria forma como se denomina o continente (América Latina) já produz a invisibilização da cultura negra e indígena. Quando se fala de América Latina, na verdade, está se falando de uma América europeia, que reproduz a teoria de branqueamento, racismo e eurocentrismo. Por isso, a autora propõe a mudança para a denominação América Ladina, pois ao mesmo tempo que é africana também é indígena, conseguindo com isso enfrentar a ideologia do assimilacionismo, da segregação racial, do eurocentrismo e branqueamento, evidenciando a contribuição negra e indígena. No ato de renomear o nome do continente com base científica, Gonzales apresenta-nos uma proposição afrocentrada de sociedade.

Na sociologia produzida por Gonzales, outra discussão é feita, qual seja, a distinção de racismo aberto (segregação) e racismo disfarçado (denegação) em sociedades de formação social diferentes. O racismo faz parte da estratégia dos países colonizadores, produz tanto a violência contra os corpos dos povos dos países colonizados, quanto à violência simbólica, colocando como superior os valores ocidentais e brancos. Os países anglo-saxões são conhecidos por terem como

estratégia a forma de racismo por segregação, enquanto nos países latinos a forma de racismo foi o assimilacionismo. Logo, nas sociedades de racismo aberto, a autora vai dizer que os negros, por estarem vivendo em uma sociedade que evidentemente é racista, segregadora, e que não esconde essa prática, adquirem e tem consciência sólida de sua identidade racial. Já nas sociedades de racismo aberto a estratégia é justamente o contrário, ou seja, negar o racismo, dizer que não existe diferenciação entre negro e branco, que, como no caso brasileiro, haveria uma democracia racial, uma harmonia nas relações de grupos raciais diferentes. Com isso, gerando desigualdade racial e social.

A quinta reunião debateu o texto “Discurso sobre o colonialismo”, de Aimé Césaire (1978).

Aimé Césaire foi um poeta, militante político e ativista cultural, fazendo parte do movimento surrealista, sendo um dos fundadores do movimento da negritude. Nascido em Martinica, colônia francesa, foi um dos principais combatentes contra o colonialismo, particularmente o francês.

O texto do autor trata sobre duas dimensões: civilização ocidental/europeia e modernidade. Diferente do que se possa esperar, o autor não aborda de uma forma positiva como se acostumou a se falar quando o assunto é modernidade, levando em consideração que a forma como é repassada a modernidade majoritariamente como um movimento onde houve um desenvolvimento da humanidade, a ascensão da democracia, em suma, um período de transformações e melhoras significativas tanto do ponto de vista sociopolítico quanto do ponto de vista econômico e moral.

Dessa forma, a abordagem construída por Césaire irá demonstrar a modernidade real, isto é, as práticas da civilização ocidental como a colonização, a escravização, ou seja, os crimes cometidos pela Europa contra

outros povos, tais como: indígenas, negros e asiáticos. Para o autor, a colonização é uma parte central da modernidade/civilização ocidental. Aponta que a colonização produziu sobretudo desumanização, pois degradou, levou sofrimento, praticou genocídio, escravização, exauriu recursos naturais por onde passou desde o continente americano, passando pelo continente africano e asiático; tudo isso com fins economicistas visando a conquista de novas terras, de novos consumidores, de novas matérias primas que beneficiassem a civilização europeia formada por interesses econômicos antagônicos entre as nações do continente. Portanto, a colonização foi um conjunto de violências praticadas pela Europa contra outros povos. A colonização, assim, não pode ser entendida como um acontecimento histórico que trouxe aos povos não europeus uma melhora de vida, desenvolvimento, avanço etc., mas sim como uma fase histórica que trouxe inúmeros malefícios aos povos que passaram por esse processo violento.

O tema em questão discutido pelo autor liga-se com um dos temas pertinentes à sociologia: a modernidade. Discutida por autores clássicos, como Durkheim e Weber. A teoria de modernidade para o autor seria um discurso muito bonito (desenvolvimento econômico, político, social e moral criado pela civilização ocidental, enfim, melhoras na vida a nível mundial) e uma prática violenta embrutecedora da sociedade. Até o momento da colonização feita pela civilização ocidental nenhum outro povo havia feito da forma devastadora como o foi. A verdade é que ao invés de civilizar ela inciviliza, degrada; quanto a isso, pode se ligar o conceito de antropoceno que, a grosso modo, é concebido como sendo a fase produzida por ação humana que alterou o funcionamento dos fluxos naturais do planeta, produzindo seu desgaste.

A sexta reunião debateu o texto “A queda

do céu” de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015).

Davi Kopenawa é um intelectual indígena, xamã Yanomami e reconhecido nacional e internacionalmente por ter liderado a luta do seu povo pelos direitos à terra, conquistando em 1992 o reconhecimento e demarcação do governo brasileiro. Por outro lado, Bruce Albert é um etnógrafo francês que participou da criação junto de Kopenawa da ONG Comissão Pró-Yanomami, no ano de 1978.

O livro retrata uma relação etnográfica entre um xamã Yanomami e um antropólogo francês, cabendo ao xamã relatar a sabedoria indígena e ao antropólogo o registro, esta obra levou 20 anos para ser escrita.

Primeiramente, é necessário pontuar que dentro da Antropologia há a ideia de que existe um “outro”, tendo métodos, técnicas de pesquisa voltadas a entender esse “outro”. O “outro” leva a crer que, do lado de quem fala sobre o “outro”, há um “um”. De outra maneira, o “outro” é o diferente que precisa ser estudado e esse “um” é o verdadeiro. O “outro” eram os povos africanos, ameríndios, indianos, árabes, muçulmanos, japoneses, isto é, aqueles que não eram europeus. Logo, a base da antropologia é o não branco. As ciências sociais, especialmente a antropologia, constituem-se com o monopólio do cientista de falar sobre o “outro” que não é europeu e é racializado. O livro subverte a relação, a partir disso, o branco que adquire o status de “outro” e o xamã Yanomami Davi Kopenawa, o “um”. Ou seja, retira-se o protagonismo do branco europeu colocando-o como sendo o “outro”, não mais o “um”.

Definir quem é o “outro” demonstra uma posição de relação de poder. Ao falar sobre o “outro” a antropologia cria um discurso sobre este. Quando eu faço isso adquire uma posição de autoridade, silenciando a voz de quem eu falo, subalternizando-o. Compreender, explicar, produzir um discurso sobre o “outro”, não importa se fala coisas

boas ou ruins, eu estou me colocando em uma posição de poder, enquanto o “outro” fica em uma posição submissa.

Tendo isso em vista, a proposta de Kopenawa foi acabar com a submissão na qual os indígenas foram submetidos, produzindo uma teoria social a partir da cosmovisão indígena, que não é científica nos moldes que conhecemos de ciência (pesquisa, objeto, metodologia, método de análise de dados etc). É uma filosofia, no âmbito da ontologia, metafísica, que produz explicação sobre o sentido da natureza, da sociedade, teoria da história. É um texto poético, mitológico e religioso.

O texto traz uma explicação antropológica sobre o branco, que é visto por Kopenawa como canibal por ser insaciável com as mercadorias, mesmo já tendo o suficiente acumulado. Segundo o autor:

“Hoje, os seres maléficos xawarari não param de aumentar. Por isso, a fumaça de epidemia está tão alto no peito do céu. Mas as orelhas dos brancos não escutam as palavras dos espíritos! Eles só prestam atenção no seu próprio discurso e nunca se dão conta de que é a mesma fumaça de epidemia que envenena e devora suas próprias crianças” (KOPENAWA, 2015, p. 370).

Assim, os brancos estão devorando a natureza com uma cultura que queima, desmata, pratica mineração, destruindo não só os indígenas, mas, eles próprios (brancos). Ou seja, a humanidade por inteiro.

Kopenawa também coloca o diálogo como um grande propósito da obra: “É por isso que agora quero que os brancos, por sua vez, ouçam estas palavras. Trata-se de coisas das quais nós, xamãs, falamos entre nós muitas vezes. Não queremos que extraiam os minérios que Omama escondeu debaixo da terra porque não queremos que as fumaças de epidemia xawara se alastrem em nossa floresta. Assim, meu sogro costuma me dizer:

Você deve contar isso aos brancos! Eles têm de saber que por causa da fumaça maléfica dessas coisas que eles tiram da terra estamos morrendo todos, um atrás do outro! (KOPENAWA, 2015, p. 370).

Esse é um saber que eles já sabem, o objetivo é dialogar com os brancos, fazer um alerta para o que estão fazendo com a natureza, a floresta, os seres, o planeta. Desse modo, o livro se apresenta como uma ação política do povo indígena, produz um diálogo intercultural com o branco para salvar a humanidade.

A sétima reunião debateu o texto “Por uma história do homem negro” de Beatriz Nascimento (2006).

Beatriz Nascimento foi uma historiadora em termos de formação acadêmica, professora, roteirista, poeta e militante do movimento negro e feminista brasileiro que nasceu em Sergipe em 1942. Beatriz Nascimento teve atuação de destaque no movimento negro unificado. A autora debatida nesta reunião tem um extenso trabalho teórico e político e em ambas as frentes seu pensamento exerce grande influência ainda hoje, seja na academia, seja na militância negra.

No texto Beatriz perpassa por várias discussões, entre elas uma discussão epistemológica acerca do sentido de fazer história. E neste texto a autora propõe uma crítica a forma com que a história está assentada, a forma pela qual os historiadores vêm contando a história da população negra, uma crítica aos fundamentos epistemológicos e metodológicos desta ciência. Tal crítica feita especialmente para a historiografia também é de extrema relevância para as outras especialidades das ciências humanas e para esta como um todo.

E partindo desta crítica, Nascimento propõem novas bases para a história, bases onde seja possível contar a história do povo preto de maneira mais fiel a realidade

seja na África ou fora da África. Para a autora, a ciência historiográfica, feita por homens brancos assentados numa linha de pensamento europeia, conta a história do povo preto de maneira enviesada, gerando distorções dos fatos em si e reproduzindo estereótipos raciais.

Uma crítica central na obra de Nascimento é que a ciência historiográfica tem contado a história do povo preto somente os associando à escravidão, reduzindo toda sua história a este período histórico. Para autora tal ação reducionista silenciadora da história enquanto ciência acadêmica perpetua um estereótipo negativo e contribui para o esquecimento da verdadeira história do homem negro, muito mais antiga e gloriosa que está contada pela historiografia racista.

Nascimento em seu texto “A nossa democracia racial” ataca veementemente a já criticada democracia racial brasileira. Sua crítica parte da miscigenação, que é nada menos que a sustentação conceitual do grande mito brasileiro – o mito da democracia racial se baseia na ideia de que como no Brasil não houve, ao menos em tese, leis positivadas (pós-escravidão) semelhantes às políticas de apartheid como nos EUA ou na África do Sul, e houve um intenso cruzamento entre as raças fundadoras que resultou na miscigenação do povo brasileiro, tal miscigenação seria um dado concreto que no Brasil atestaria a harmonia entre as raças. Nascimento aponta que esta celebrada miscigenação é um genocídio, e não um indicativo de harmonia, pois a miscigenação tem um sentido, o de embranquecer os descendentes do povo preto o que significaria seu desaparecimento, seja étnico ou cultural.

Nascimento denuncia o verdadeiro objetivo da miscigenação ao contradizer o discurso oficial do Estado e afirmar as intenções de extermínio desta política. A miscigenação pregada pelo Estado brasileiro para a autora nunca rumou para um ideal de

convivência pacífica entre as raças, mas, sim, sempre teve esse sentido de genocídio, o que evidencia o quanto o racismo tupiniquim é perigoso e necessita de enfrentamento.

O texto escolhido para encerramento foi “Pandemia, racismo e genocídio indígena e negro no Brasil: coronavírus e a política da morte” de Felipe Milanez e Samuel Vida (2020).

Felipe Milanez é doutor em sociologia pela Universidade de Coimbra, professor da Universidade Federal da Bahia, coordenador do Grupo de Trabalho Ecologia (s) política (s). Exerceu atividades como editor da revista National Geographic Brasil e da revista Brasil Indígena. Samuel Vida é Ogã de Xangô do Terreiro do Cobre (BA), militante do movimento negro, professor de direito da Universidade Federal da Bahia, doutor em Direito, Estado e Constituição pela UNB, atuando ainda como coordenador do Programa Direito e Relações Raciais e consultor PNUD/ONU e na Câmara dos Deputados na elaboração do Estatuto da Igualdade Racial.

O texto funda-se no conceito de risco, expresso logo na primeira frase: Tragédias são sempre socialmente desiguais e expõem de forma mais gritante as desigualdades historicamente construídas, como o grau de exposição aos riscos e a construção das vulnerabilidades (MILANEZ; VIDA, 2020, p. 1). Por outro lado, o texto denuncia a existência de um discurso comum diante de tragédias, catástrofes, desastres ambientais: de que esses fenômenos atingem a “humanidade como um todo”.

Todavia, o impacto é desigual e desigualmente determinado. Os marcadores de classe social e raça estruturam essa desigualdade. Classes sociais em situação de privilégio são menos atingidas do que grupos/classes sociais da base da estrutura social, isto é, há pessoas que detêm condições socioeconômicas que permitem a elas resistirem e passarem

pelos fenômenos descritos anteriormente de forma menos sofrível, enquanto existe significativa parcela da população que não detém condições mínimas adequadas, e estão mais vulneráveis. Além da questão da classe social, pessoas brancas sofrem menos o impacto de fenômenos destrutivos; já populações racializadas como a negra e indígena, tanto do meio urbano quanto do meio rural – e comunidades extrativistas, de ribeirinhos, tratando do contexto amazônico – são os que mais sofrem os impactos, os males, da pandemia atual e de outros males historicamente.

Outra dimensão abordada no texto é a manipulação política da pandemia. A manipulação atinge, sobretudo, populações racializadas, isto é, negros e indígenas. Para isso, os autores se embasam em alguns conceitos de outros estudos, como o de necropolítica, do filósofo camaronês Achille Mbembe. Resumidamente, necropolítica significa que o Estado escolhe quem vai viver e quem vai morrer. O Estado expõe propositalmente, seja por ação ou omissão, esses grupos desprivilegiados à morte. Por isso, entidades, movimentos sociais, taxam o Estado brasileiro de genocida. Genocídio, à grosso modo, é uma ação direta ou omissão que leva à morte de determinado grupo. Um exemplo seria as políticas públicas do governo brasileiro na área de saúde, que estão matando por omissão a população negra e indígena, acentuando o número de infecção e mortes nessas populações. O índice, por exemplo, de contaminação por covid-19 entre indígenas é 750 vezes maior do que em não indígenas, já a população negra morre 5 vezes mais pelo mesmo vírus.

Desse modo, a ciência sociológica demonstra que como o atual momento pandêmico, onde populações provenientes de classes sociais mais desfavorecidas economicamente e que são racializadas, sofrem mais com os males do covid-19,

enquanto populações de classe social superior, privilegiadas e brancas, arcam menos com os males da pandemia.

PALAVRAS FINAIS

O debate dos textos destas autoras e autores permitiram refletir concretamente a dimensão do problema do currículo da Sociologia. O cânone tradicional impõe que o que se deve ler é o conhecimento produzido em Europa. São ideias, conceitos, teorias e pesquisas feitas em contextos diferentes do nosso, aqui no outro lado da divisão internacional do trabalho, e conhecimento produzidos em cumplicidade com os poderes imperiais e colonizatórios. A mudança da ordem para outra via, esse descolamento para o descolonial é efetivamente necessário. Isto é, um currículo que abrace e que introduza autoras e autores indígenas, quilombolas, caribenhos, africanos é caminho necessário para fazer sociologia com raízes na América Latina, como nomeia Lélia Gonzalez.

Durante o desenvolvimento do projeto houve algumas dificuldades que foram além das que já estavam postas devido à pandemia, no mês de novembro: o estado do Amapá sofreu um apagão de energia elétrica devido um incêndio na subestação da companhia de eletricidade do estado, fazendo com que o projeto ficasse impossibilitado de manter a sua programação normal durante algumas semanas e mesmo após a normalização do fornecimento de energia houve uma considerável dispersão dos ouvintes que estavam participando assiduamente do projeto.

Apesar das dificuldades ocorridas durante a execução do projeto, era visível que um grande quantitativo de pessoas tinha o interesse em participar do debate. Entre esse público estavam alunas e alunos de escolas públicas e privadas, estudantes universitários, professoras/es e pesquisadoras/es das mais

diversas áreas das ciências humanas e até de ciências naturais e exatas. Com isso, podemos afirmar que o projeto de extensão atingiu um público ainda maior e mais diverso do que o esperado desde a sua idealização.

O Projeto de Extensão Ensino de Sociologia e Sociologias Silenciadas foi importante para sensibilizar a comunidade científica participante sobre as questões do cânone e do currículo e da necessidade de sua crítica permanente, desconstrução e reconstrução. Todavia, o lugar deste currículo não-eurocêntrico em curso de Licenciatura em Sociologia não pode ficar apenas em um projeto de extensão, sob perigo de reproduzir o 'lugar secundário' legado a estas epistemologias pelo cânone/currículo tradicional.

O próximo passo na ação/reflexão proposta pelo projeto de extensão é transformar o conhecimento gerado no projeto em matriz curricular do curso. O projeto encaminha propostas de criação de conteúdos curriculares a serem inseridos na matriz curricular no curso. Somente com a inclusão destes conteúdos curriculares em forma de disciplinas obrigatórias na matriz curricular do curso pode-se começar a pensar um passo a mais na descolonização da Sociologia.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands / La frontera: The New Mestiza*. 2nd ed. San Francisco: Aunt Lute, 1999.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa. Editora, 1978.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP,

1999

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** [online]. 2016, v. 31, n. 1 [Acessado 8 Novembro 2021], pp. 25-49.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MILANEZ, Felipe; VIDA, Samuel. **Pandemia, racismo e genocídio indígena e negro no Brasil: coronavírus e a política da morte**. Clacso.org. Disponível em: <<https://www.clacso.org/pandemia-racismo-e-genocidio-indigena-e-negro-no-brasil-coronavirus-e-a-politica-de-extermínio/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. In: *Afrodíaspóra: Revista do mundo negro*. N° 6-7. Ipeafro, 1985, p. 41-49.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Kuanza, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o**

subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.